

19 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Presidente do TSE volta a criticar Ficha Limpa

Após afirmar que lei teria sido feita por "bêbados", Gilmar Mendes diz que contabilidade paralela de Dilma prova que Justiça estava desinformada



"Já estamos há seis anos da sua aprovação (da Lei da Ficha Limpa) e até hoje continuam as polêmicas", afirmou Gilmar Mendes

Daniel Weterman

Agência Estado

São Paulo - O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, afirmou nessa quinta-feira (18) que as denúncias de caixa 2 na campanha eleitoral de Dilma Rousseff (PT) em 2010 provam que a Justiça Eleitoral estava "desinformada". "Agora há informações que a campanha da presidente Dilma se valeu de caixa 2, até para pagar marqueteiro no exterior. Então, temos que saber qual foi a dimensão. (Isso) prova que a Justiça Eleitoral estava um pouco desinformada desse tipo de prática. Então vamos ter que

discutir com toda a seriedade e achar limites de campanhas que sejam viáveis", disse, em entrevista à Rádio Estadão. Na quarta-feira (17), o ministro causou polêmica ao afirmar que a Lei da Ficha Limpa parecia ter sido feita por "bêbados".

O presidente do TSE disse que se imaginava, em 2014, que já não houvesse mais caixa 2 nas campanhas por causa dos gastos que foram declarados à Justiça. "Nós imaginávamos que o caixa 2 tivesse sido banido, inclusive pelos gastos declarados pelos candidatos Aécio (Neves, do PSDB) e Dilma na campanha de 2014, o ministro

(Dias) Toffoli até chegou a dizer isso (que caixa 2 não existia no Brasil)."

A ocorrência de caixa 2 veio à tona com os depoimentos de João Santana e Mônica Moura, presos na Operação Lava Jato, que disseram ter recebido US\$ 4,5 mil da campanha de Dilma em 2010 em uma conta na Suíça.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Comentando as novas regras eleitorais, que limitam os gastos de campanha e proíbem doação de empresas aos candidatos, o presidente do TSE destacou que é preciso identificar limites possíveis para a legislação. "Um limite de R\$ 10 mil para a campanha de vereador parece que é utópico, se o sujeito usar um carro ele já ultrapassará esse limite. Tem que ter responsabilidade de todos os lados", afirmou.

Diante da legislação, o ministro espera que haja uma série de ações nos tribunais com denúncias de abuso de poder econômico e caixa dois após as eleições municipais. "Vamos ter muitas discussões sobre abuso de poder econômico e uso de caixa dois. Talvez haja uma intensificação da judicialização pós eleitoral, vamos ter muita discussão e depois ajuizamento de ações impugnando mandatos", declarou.

LEI DA FICHA LIMPA

Na entrevista, Gilmar Mendes voltou a criticar a Lei da Ficha Limpa, dizendo que a legislação é insuficiente para combater a imoralidade na política nacional. "Veja que temos metade ou pelo menos acima de um terço dos deputados na Câmara investigados ou com denúncias oferecidas. Portanto, devemos ter outros meios de combater os deficits morais da política", disse.

Em resposta às críticas do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, que afirmou que a declaração do ministro "não é postura de magistrado", Gilmar Mendes reforçou as opiniões sobre a limitação da legislação. "Já

estamos há seis anos da sua aprovação (da lei) e até hoje continuam as polêmicas. Se apresentou como se fosse a pedra filosofal, que resolveria todos os problemas, uma panaceia, e vimos que não é assim."

Tribunais criticam posição de Gilmar sobre Ficha Limpa

Carla Araújo

Agência Estado

Brasília - Após encontro com o presidente em exercício, Michel Temer, o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Valdecir Fernandes Pascoal, rebateu ontem a declaração do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes de que a Lei da Ficha Limpa é mal feita e parece ter sido elaborada por "bêbados". "É uma palavra que nos surpreende, nós pensamos exatamente o contrário, a Lei da Ficha Limpa é uma lei cidadã", disse.

Pascoal afirmou que o grupo mostrou a Temer que está disposto a colaborar com o ajuste fiscal e disse que fez rápidas críticas à decisão do STF da semana passada pela qual ficou definido que cabe às casas legislativas dar a palavra final sobre as contas de prefeitos. Dessa forma, políticos que tiveram suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas local poderão concorrer nas próximas eleições, caso elas não tenham sido rejeitadas pelas câmaras municipais. "É um grande retrocesso, respeitamos a decisão, mas somos contra."

"Eu falei dessa questão (da decisão do STF) quando falei que a Lei da Ficha Limpa era um marco, mas a nossa pauta foi no sentido de nos colocar à disposição do ajuste fiscal. Os tribunais de contas são guardiões da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a nossa reivindicação foi só que haja um debate amplo e que se respeite o sentido da isonomia, os tribunais de contas estão dispostos a colaborar com ajuste", disse.

Pascoal disse ainda que "no momento oportuno" os membros dos tribunais de contas irão solicitar "de forma mais especial o apoio do governo no fortalecimento do controle". "Nossa opinião é que foi um retrocesso em matéria de controle público no Brasil, a causa mais efetiva da Lei da Ficha Limpa em matéria de impugnação de candidatos era justamente as contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas já que são contas técnicas", disse. "Oitenta e quatro por cento das impugnações de gestores decorreram dessa nossa função de julgar contas e agora isso vai esvaziado", completou.

Segundo o presidente da Atricon, a estratégia dos tribunais será de tentar "sensibilizar o STF" para rever o tema por meio de um embargo declaratório que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve interpor na próxima semana. "Se isso não for possível, vamos propor uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e com isso unir a sociedade em um novo movimento similar com aquele que houve na criação da Ficha Limpa", disse.

Por fim, Pascoal disse que o grupo não conversou sobre a questão do impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff, e que os tribunais de contas "não se metem nessa questão". "É uma questão do Congresso."

19 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

GILMAR MENDES DIZ QUE LEI DE FICHA LIMPA FOI ESCRITA POR BÊBADOS



19 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Aplicativo das eleições

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desenvolveu diversos aplicativos para que os cidadãos possam acompanhar as eleições municipais de 2016 pelo celular. Ao todo, 11 ferramentas vão estar disponíveis durante a campanha para que eleitores se informem sobre o pleito e, até mesmo, fiscalizem os candidatos. Nessa quinta-feira (18), houve o lançamento de um deles que tem como objetivo permitir ao cidadão denunciar irregularidades durante a campanha.

'Pardal'

Batizado de "Pardal", o aplicativo possibilita informar, em tempo real, a existência de um problema eleitoral. Após baixar a ferramenta, o cidadão poderá fazer fotos ou vídeos e enviá-los para a Justiça Eleitoral do Estado ou do município, que ficará encarregada de analisar a denúncia. Entre as situações que podem ser denunciadas estão o registro de uma propaganda irregular, como a existência de um outdoor de candidato, o que é proibido pela legislação, ou a participação de algum funcionário público em um ato de campanha durante o horário de expediente.

Fiscalização

Para o presidente do TSE, Gilmar Mendes, a ideia da ferramenta é que as pessoas ajudem a Justiça Eleitoral a fiscalizar a eleição "Nós temos um período muito curto de campanha, limites muito estritos de gastos, então pode correr abusos, e nós queremos que o cidadão nos ajude denunciando eventuais irregularidades", disse. A ferramenta foi desenvolvida em 2012, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Nas eleições de 2014, ela já foi utilizada em outros Estados.

Consulta e apuração

Um aplicativo que também é interessante para orientar o eleitor é o "Candidaturas", que vai trazer uma relação de todos os candidatos, com dados como partido e número na urna, além de informações sobre as propostas, a declaração de bens e a prestação de contas dos políticos. Através de outra ferramenta, o eleitor vai poder consultar, pelo celular, a existência ou o andamento de processos contra um candidato. Há também um app que disponibiliza as datas do calendário eleitoral. A apuração dos resultados, no dia da eleição, também vai poder ser acompanhada pelo celular. Em 2014, o TSE já disponibilizou um aplicativo como esse. A ferramenta foi um das mais baixadas da loja virtual da Apple.

19 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Bumlai internado

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato na 1ª instância, adiou ontem o retorno à prisão do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A defesa de Bumlai informou que o pecuarista foi internado em um hospital de São Paulo. O magistrado havia determinado que Bumlai se apresentasse à Polícia Federal em 23 de agosto para retornar ao regime de prisão preventiva determinada em novembro de 2015, na deflagração da Operação Passe Livre, desdobramento da Lava Jato.

19 AGO 2016

GAZETA DO POVO

No Paraná, 985 políticos podem “escapar” da Ficha Limpa neste ano

Decisão do STF
permite que quem
tem contas rejeitadas
apenas pelos tribunais
de contas pode ser
candidato em outubro

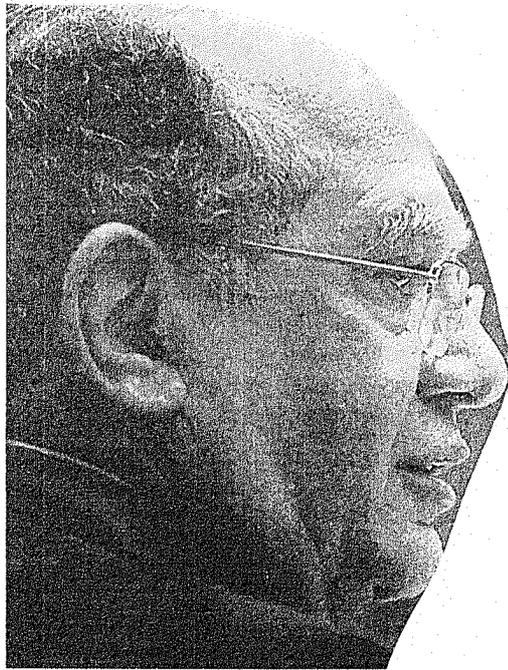
BRASÍLIA

Catarina Scortecchi

Correspondente

● Tribunais de contas estaduais de todo o país fizeram um alerta ontem sobre as consequências de uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que altera pontos da “Lei da Ficha Limpa”, a Lei Complementar 135/2010. A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) sustenta que milhares de políticos que até então poderiam ser barrados pela Lei da Ficha Limpa para as eleições deste ano, ficam “anistiados” a partir da decisão do STF. Somente no Paraná, 985 políticos se enquadrariam na brecha: 344 atuais ou ex-prefeitos e 641 atuais ou ex-presidentes de câmara de vereadores.

A decisão do STF é do último dia 10 e foi tomada quando os ministros da Corte julgavam dois processos envolvendo a competência para o julgamento de contas de gestores públicos — se cabe à Câmara de Vereadores ou ao



Gilmar Mendes: “Ficha Limpa parece que foi feita por bêbados”.

Tribunal de Contas. O ponto polêmico é que, ao ratificar que o julgamento das contas é de exclusividade da Câmara de Vereadores — cabendo ao Tribunal de Contas apenas emitir um parecer prévio para auxiliar o Legislativo —, o STF também passou a entender que somente a opinião do Tribunal de Contas não serve mais para barrar candidaturas nas eleições. Desta forma, mesmo em caso de omissão do Legislativo, o parecer do Tribunal de Contas não tem poder para impedir um candidato de disputar um pleito.

Desde as eleições de 2012,

quando a Lei da Ficha Limpa foi aplicada pela primeira vez, políticos com problemas apontados pelo TC poderiam figurar na chamada “lista dos inelegíveis”, que serve de base para os tribunais regionais eleitorais acatarem ou rejeitem um pedido de registro de candidatura. A “lista dos inelegíveis” formulada pelo Tribunal de Contas do Paraná para as eleições deste ano, com 985 políticos potencialmente candidatos, já foi entregue para o Tribunal Regional Eleitoral. Pelo calendário, o TRE tem até o dia 12 de setembro para julgar todos os pedidos.

CONTINUA

19 AGO 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

NO PAÍS, 4,8 MIL SÃO FICHA-SUJA

Ao menos 4.849 políticos que tentam concorrer nas eleições municipais deste ano no País podem ter os registros de candidatura impugnados por serem considerados ficha-suja perante a Justiça Eleitoral, segundo levantamento obtido pelo jornal "O Estado de S. Paulo". A análise foi feita sobre as 467.074 candidaturas já validadas pela Justiça Eleitoral. Entre as irregularidades que enquadram um candidato como ficha-suja estão crimes como lavagem de dinheiro, corrupção, peculato ou abuso de poder econômico.

REAÇÃO NEGATIVA

Tribunais de Contas e OAB chamam decisão do STF de retrocesso e criticam fala de Mendes

● O presidente do Tribunal de Contas do Paraná, conselheiro Ivan Bonilha, esteve ontem em Brasília para participar da mobilização contra a decisão do STF. Segundo Bonilha, a alteração enfraquece a Ficha Limpa, o que seria um retrocesso.

Bonilha e outros 30 presidentes de tribunais de contas do País se reuniram às 11 horas com o presidente da República interino, Michel Temer, e, à tarde, discutiram medidas contra a decisão do STF.

"A Lei da Ficha Limpa já está aí. Podemos aperfeiçoá-la, mas não enfraquecê-la", disse Bonilha ao ser questionado sobre uma

polêmica declaração do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do STF, Gilmar Mendes, a respeito da Ficha Limpa.

Na quarta-feira (17), Mendes disse que a regra da Ficha Limpa parece ter sido feita por "bêbados".

A declaração recebeu críticas de ministros do STF e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Luís Roberto Barroso, colega de Mendes no STF, disse que a Ficha Limpa "é uma lei que atende a algumas demandas importantes da sociedade brasileira, por valores como decência política e moralidade administrativa". O presidente da OAB, Cláudio Lamachia, afirmou "o presidente do TSE deveria reconhecer e apoiar todas as iniciativas que aperfeiçoam o sistema eleitoral".

19 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Aliados farão ensaio com Dilma antes do depoimento

● Os senadores Humberto Costa (PT-PE), José Pimentel (PT-CE) e Paulo Rocha (PT-PA) se reuniram com a presidente afastada Dilma Rousseff e combinaram a realização na próxima semana de um "treinamento" para o depoimento dela no Senado. Dilma confirmou na quarta-feira sua decisão de se defender pessoalmente dentro do processo final de impedimento, no qual é acusada por crime de responsabilidade, previsto para ser realizado no próximo dia 29.

A ideia dos senadores aliados é apontar para Dilma como devem ser os questionamentos dos seus adversários. "Pedimos para conversar sobre o que imaginamos que será o depoimento. É difícil, mas não é uma batalha perdida", diz Costa.

Os petistas acreditam que o depoimento de Dilma pode ajudar a reverter votos, mas que mesmo sem isso ocorrer ele será importante para a narrativa construída junto às bases de que a presidente está sofrendo um "golpe". "A vinda dela pode ajudar a consolidar votos e a reverter, mas mesmo que não ocorra isso, vai ser um ponto definitivo da narrativa do que é esse processo porque ela terá condição de demonstrar de viva voz que não cometeu crime. Será um depoimento valioso para embates futuros", afirma Costa.

Os aliados afirmam que Dilma não virá com intenção de agredir nenhum adversário e que caberá ao Senado e ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, garantir um alto nível no debate. Dizem ainda que a presidente está preparada para responder sobre os aspectos técnicos do processo. Hoje, Dilma se encontrará com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para acertar os detalhes de sua participação no julgamento final, às 11 horas, no Palácio da Alvorada.

OEA PEDE EXPLICAÇÕES

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que faz parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), notificou o governo de Michel Temer a dar explicações sobre o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. A manifestação foi uma resposta ao pedido feito pelo PT na semana passada para suspender o processo. Entre os pedidos da OEA, está que o governo explique o que foi feito para manter a legalidade do processo. O governo tem sete dias para se manifestar.

CONTINUA

19 AGO 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CALENDÁRIO DO IMPEACHMENT

Veja como será a etapa final do processo de impeachment contra a presidente afastada da República Dilma Rousseff, no plenário do Senado Federal, onde ela será julgada por suposto crime de responsabilidade:

A sessão de julgamento será aberta na **quinta-feira (25)**, às 9 horas, e será comandada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), **Ricardo Lewandowski**. O presidente do Senado, **Renan Calheiros** (PMDB-AL), deverá sentar ao lado dele.



Os primeiros minutos da sessão devem ser tomados por "questões de ordem" de senadores, que podem tirar dúvidas ou apresentar contestações sobre o rito do julgamento.

Em seguida, as **testemunhas serão chamadas** para as oitivas. Já estão definidas **duas testemunhas de acusação e seis testemunhas de defesa**.



A sessão será **suspensa às 13 horas** e retomada às 14 horas. Uma nova **pausa está prevista entre 18 horas e 19 horas**. Outros intervalos podem ser marcados ao longo da sessão, a critério do presidente do STF.

A sessão poderá ser suspensa, a qualquer momento, para retorno às **9 horas de sexta-feira, 26 de agosto**.

Fonte: Senado.
Infografia: Gazeta do Povo.

Já a sessão iniciada na **sexta-feira (26)** só será encerrada quando todas as **oito testemunhas tiverem sido ouvidas**.



Ou seja, pode ser que a sessão avance para o **sábado (27) e domingo (28)** se necessário. Em princípio, toda a oitiva das testemunhas ficaria nos dias 25 e 26 de agosto.



A sessão será reiniciada às 9 horas, podendo ser suspensa a qualquer momento e retomada sempre às 9 horas do dia seguinte, até o final do julgamento.

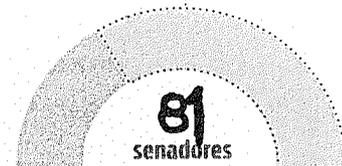


A presidente **Dilma deve comparecer ao Senado na segunda-feira (29)**. A presença dela não é obrigatória – ela poderia ser representada pelo seu advogado de defesa, por exemplo –, mas a presidente da República antecipou que deve ir pessoalmente ao plenário. **Os senadores ouvirão a presidente Dilma por 30 minutos**. A partir daí, ela pode receber perguntas de senadores, da acusação e da defesa. Não se sabe ainda se ela continuará no plenário para a etapa das perguntas.

Na sequência, o plenário ficará aberto ao debate e tanto a acusação quanto a defesa têm até uma hora e meia para uma manifestação final.

Os senadores seguem à votação, que será aberta e registrada no painel eletrônico. A previsão é que a **votação ocorra na terça-feira, 30 de agosto**. Se a presidente Dilma for absolvida, ela retorna ao cargo. Se for condenada, ela é imediatamente destituída.

54 votos para que a presidente Dilma tenha o mandato cassado, pondo fim ao processo
(2/3 dos votos)



100 dias de governo pela agenda de Temer

Desde 12 de maio, presidente interino Michel Temer dedicou maior parte do tempo a parlamentares. Foram mais de 100 reuniões no Planalto

BRASÍLIA

Catarina Scortecchi

Correspondente

● Chama atenção o “entra e sai” de políticos do gabinete do presidente interino Michel Temer (PMDB). Dependente do Congresso, o peemedebista tem dedicado a maior parte da sua agenda oficial a parlamentares. Ao longo dos últimos 100 dias, a vida de Temer no Planalto se dividiu basicamente em reuniões com ministros, empresários e políticos, em especial senadores e deputados. A articulação pelo impeachment de Dilma Rousseff (PT) é uma das razões.

Levantamento da *Gazeta do Povo* mostra que, na agenda presidencial, constam pelo menos 103 reuniões com políticos realizadas entre 12 de maio, quando ele assumiu o Executivo, até 19 de agosto, quando a gestão interina completa 100 dias.

GOVERNADORES

Temer também recebeu mais de dez governadores, incluindo Beto Richa (PSDB). Já o também tucano Geraldo Alckmin, governador de São Paulo e principal resistência do PSDB na adesão ao governo Temer.

Temer fez reuniões reservadas, com apenas um político, mas também promoveu encontros com bancadas inteiras — como a bancada do PPS e ou a bancada do Rio Grande do Sul na Câmara Federal. Os políticos mais convocados foram líderes parlamentares. No “ranking” dos recebidos por Temer, Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, é o campeão. Antes um dos principais alicerces da presidente afastada Dilma Rousseff (PT), Calheiros agora tem sinalizado proximidade com Temer.

Há outras curiosidades. O polêmico deputado federal Waldir Maranhão (PP-MA), que sempre pertenceu ao chamado “baixo clero”, mas ganhou holofotes ao comandar temporariamente a Câmara, foi recebido três vezes por Temer, apenas uma na condição de presidente do Legislativo. Nas outras duas, Maranhão já tinha deixado a presidência da Casa, após o tumultuado episódio da renúncia de Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Antes da renúncia, Cunha também teria se encontrado com Temer, embora a reunião não tenha sido incluída na agenda.

Outro político que esteve no gabinete do presidente Temer foi o ex-deputado federal Ibsen Pinheiro, que comandou o impeachment do ex-presidente da República e atual senador Fernando Collor (PTC-AL).

Não se sabe se o impeachment da presidente Dilma estava na pauta da reunião, mas o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que até recentemente declarava ter dúvidas sobre o processo contra a petista, também frequentou o gabinete do interino, acompanhado do ministro da Educação, Mendonça Filho. A área da educação é a principal bandeira de Buarque, que na última votação do Senado sobre o impeachment votou contra Dilma.

3 VIAGENS

Durante os 100 dias, Temer viajou apenas três vezes para compromissos oficiais: olimpíada no Rio de Janeiro; inauguração da Klabin, no Paraná; abertura do Global Agribusiness, em São Paulo.

MINISTROS

Temer fez dezenas de reuniões com ministros no período. Os mais assíduos foram Henrique Meirelles (Fazenda), Dyogo Oliveira (Planejamento), Mendonça Filho (Educação) e Bruno Araújo (Cidades).

ESTRANGEIRO

O interino recebeu apenas uma autoridade estrangeira: o presidente da Armênia, Serzh Sargsyan. Se confirmado no cargo, Temer fará sua 1ª viagem internacional para o G20, na China, no início de setembro.

CONTINUA

19 AGO 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REUNIÕES

Rubens Bueno foi o político paranaense mais recebido

● Entre os políticos do Paraná, o visitante mais frequente do Palácio do Planalto foi o deputado federal Rubens Bueno, que é líder da bancada do PPS na Câmara Federal. Ao lado do PSDB e do DEM, o PPS integrou o núcleo duro de oposição a presidente Dilma Rousseff. A filha do pepessista, Renata Bueno, ex-vereadora de Curitiba e hoje integrante do parlamento italiano, também se encontrou com Michel Temer. Os deputados federais pelo Paraná Fernando Giacobbo (PR), Alfredo Kaefer (PSL) e Sérgio Souza (PMDB) também tiveram reuniões reservadas com o presidente em exercício.

O paranaense Ricardo Barros (PP), ministro da Saúde, participou apenas das reuniões do primeiro escalão. Embora o pepista esteja à frente de uma das principais pastas do governo federal, na agenda oficial de Temer não constam reuniões reservadas com o paranaense.

“Literatura”

Outro político do estado, o ex-deputado federal Marcelo Almeida (PV), garantiu à reportagem que não falou sobre política na visita que fez ao peemedebista. “Falamos sobre literatura”, disse Almeida, que hoje atua na campanha eleitoral do prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), candidato à reeleição.

SETOR PRODUTIVO

Empresários também “bateram ponto” no gabinete presidencial

● O presidente interino Michel Temer também recebeu dezenas de empresários, de áreas variadas, como a de comunicação: entraram no gabinete os empresários Luiz Claudio Costa, presidente da Rede Record e da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, e José Roberto Maciel, presidente do SBT.

Mas o campeão de visitas entre o empresariado foi Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que esteve no gabinete de Temer em junho, julho e agosto. Skaf ficou conhecido por encabeçar uma campanha pró-impeachment dentro do setor empresarial. Centrais Sindicais ligadas ao líder do Solidariedade (SD) na Câmara dos Deputados, Paulo Pereira da Silva (SP), também se reuniram com Temer, em função da discussão em torno de uma reforma previdenciária e trabalhista. A única visita fora da agenda de ministros, políticos e empresários, e de cerimônias de posse ou ligadas ao Exército, foi a do piloto de Fórmula 1 Felipe Nasr, que nesta semana esteve no Planalto.

JURISTA

Temer, que tem formação em Direito, também recebeu visitas ligadas à área, como José Carlos Xavier de Aquino, desembargador decano do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

19 AGO 2016

GAZETA DO POVO

STF libera inquérito de Gleisi e Paulo Bernardo na Lava Jato para julgamento

O ministro Teori Zavascki liberou para ser incluído na pauta de julgamentos o inquérito contra o casal. Se a acusação for recebida, Gleisi passará a ser ré perante o Supremo

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou para ser incluído na pauta de julgamentos o inquérito contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e contra o ex-ministro Paulo Bernardo na Operação Lava Jato. Os cinco ministros que integram a 2ª Turma do Supremo terão que decidir se recebem ou não a denúncia oferecida pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o casal.

Se a acusação for recebida, Gleisi passará a ser ré perante o Supremo e a responder a uma ação penal. Até agora, o Supremo já tornou outros dois parlamentares réus por suposto envolvimento na Lava Jato: o ex-presidente da Câmara e deputado afastado do mandato, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e o deputado Nelson Meurer (PP-PR).

A previsão é de que o caso seja discutido a partir da sessão do dia 30 de agosto. A investigação contra Gleisi e seu marido, Paulo Bernardo, foi aberta em março de 2015, na primeira leva de inquéritos enviada por Janot ao Supremo por envolvimento de parlamentares na Lava Jato. Em maio deste ano, após as investigações policiais, o procurador-geral da República ofereceu a denúncia contra o casal.

Gleisi e Paulo Bernardo foram denunciados pela PGR após a investigação policial concluir que os dois receberam R\$ 1 milhão de propina de contratos firmados entre empreiteiras e a Petrobras. O valor teria sido utilizado para custear as despesas de campanha da senadora em 2010. Junto com o casal, foi denunciado o empresário Ernesto Kugler Rodrigues, de Curitiba.

A defesa de Gleisi costuma argumentar, desde a abertura das investigações, que não há comprovação de qualquer solicitação, entrega ou recebimento de valores por parte da senadora. Os advogados de Paulo Bernardo afirmaram, quando a denúncia foi oferecida, que a acusação é fundamentada em “declarações contraditórias e inverossímeis”.

19 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça mantém condenação à Samarco

Mineradora terá que recuperar Rio Doce



A quinta turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região manteve decisão liminar contra a mineradora Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billinton, que prevê que as empresas arquem com a recuperação da bacia do Rio Doce, devastada pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana (MG), em novembro de 2015, segundo nota divulgada para investidores pela Vale.

De acordo com a mineradora, o valor do acordo firmado em março entre as mineradoras, a União e os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo foi mantido em R\$ 20,2 bilhões.

Por meio de nota, a Vale informou que o acordo continua válido e que "as partes continuarão a cumprir com as suas obrigações lá previstas, tendo sido a Fundação Renova devidamente constituída para desenvolver e executar os programas de longo prazo para remediação e compensação previstos no acordo". ●

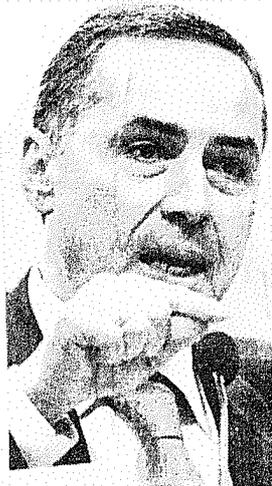
19 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Outro ministro diz que Lei da Ficha Limpa é sóbria

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, disse hoje (18) que a Lei da Ficha Limpa é uma lei sóbria. Barroso foi questionado por jornalistas sobre a declaração dada pelo também ministro do STF, Gilmar Mendes, sobre o assunto.

“Eu não comento nem critico opiniões de colegas, embora eu tenha a minha. Acho que, em uma democracia, é legítimo que haja opiniões diferentes. Eu, adversamente, acho que a lei é boa, é importante e acho que a lei é sóbria. Acho que é uma lei que atende algumas demandas importantes da sociedade brasileira por valores como decência política e moralidade administrativa. Acho que a lei é boa e que nós devemos continuar a aplicá-la”, disse antes da sessão do Plenário do STF ●



Barroso contestou a declaração de Gilmar Mendes

19 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Temer é notificado pela OEA sobre impeachment

Organização continental pediu explicações sobre processo

O presidente interino Michel Temer foi notificado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre o pedido feito por deputados do PT para suspender o processo de impeachment contra a presidente afastada Dilma Rousseff. A notificação foi enviada ao Planalto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da entidade.

No documento, a OEA pede que o governo brasileiro apresente explicações e argumentos sobre a natureza do processo, que, segundo alegam os aliados de Dilma, é um golpe. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores a resposta do Brasil está sendo elaborada pelos órgãos competentes.

Um dos signatários da representação, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) argumenta que Dilma não cometeu nenhum crime que justificasse o afastamento. "Não há sequer um processo penal, não há lei que defina essa conduta como crime, além de todas as infrações legislativas", argumentou o parlamentar. ●

19 AGO 2016

Devagar

BEM PARANÁ

Denúncias no TRE também diminuem

O Tribunal Regional do Paraná (TRE-PR) registrou apenas uma ação por propaganda eleitoral antecipada antes do último dia 16, quando a campanha começou oficialmente. A minirreforma eleitoral, aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional, permite que os candidatos se apresentem, mantenham perfis em redes sociais e manifestem suas opiniões no período anterior à campanha, o que reduziu a procura pelos tribunais. Era vedado apenas que eles se apresentassem como candidatos, pedissem

votos e divulgassem os números de suas candidaturas.

Segundo a assessoria do TRE-PR, a única ação referente à propaganda antecipada que tramita foi movida pela coligação que apoia a reeleição do prefeito Gustavo Fruet (PDT), contra o candidato do PMN, Rafael Greca. Os advogados de Fruet alegaram que Greca fez campanha antecipada ao distribuir materiais durante um jantar. Ainda não

há decisão final.

Outros fatores que podem ter ajudado a reduzir as infrações são as restrições de financiamento na campanha deste ano (só pessoas físicas podem fazer doações) e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, cuja disputa coincidiu com o início da campanha.

O eleitor pode ajudar na fiscalização por meio de um dos aplicativos disponibilizados no site do Tribunal Superior Eleitoral (www.tsejstb).

Disponível para celulares e tablets, o aplicativo Pardal permite que o eleitor encaminhe

denúncias para o Ministério Público Eleitoral. A OAB-PR também desenvolveu um aplicativo, que pode ser baixado no iTunes e no Google Play. Os candidatos não podem usar cavaletes e outdoors nas ruas, nem pagar para aumentar a audiência de postagens em redes sociais. Alto-falantes não podem ser usados perto de hospitais e órgãos públicos – nos demais locais, só das 8h às 22h.

Restrições a doações e concorrência com Olimpíada também ajudaram a reduzir infrações

Previdência

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) julgou irregulares as contas de 2013 do Fundo de Previdência do Estado do Paraná, de responsabilidade dos presidentes da **Paranaprevidência** naquele ano, Jayme de Azevedo Lima, Jorge Sebastião de Bem e Suely Hass. Cada um dos responsáveis deverá pagar a multa de R\$ 1.450,98. Suely Hass ainda terá que pagar mais uma multa de R\$ 1.450,98, totalizando R\$ 2.901,96.

Transparência

O motivo foi a realização de alterações orçamentárias por meio de resoluções do conselho-diretor, que não são o instrumento adequado para esse fim, segundo o TCE. Os conselheiros determinaram que os atuais responsáveis pelo fundo tomem medidas para a publicação das informações de interesse público no Portal da Transparência, entre outras providências. Em sua defesa, o Fundo Previdenciário do Estado do Paraná afirmou que foram atendidas as recomendações constantes nos acórdãos dos julgamentos das prestações de contas do governo estadual.

Pensionistas

O TCE também aprovou, com duas recomendações, as contas de 2014 do Tribunal de Justiça (TJ-PR).

Uma delas é que de o TJ inclua os gastos com pensionistas no montante total a ser computado como despesa com pessoal, para todos os fins, em especial para o cálculo do limite de gasto do artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

19 AGO 2016

BEMPARANÁ

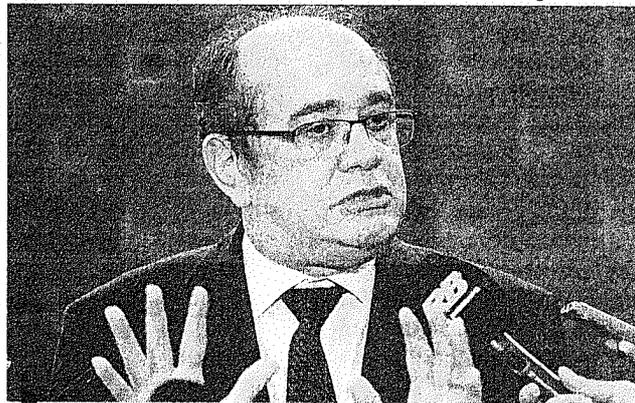
Mendes volta a criticar Lei da Ficha Limpa

Ministro diz autores quiseram “brincar de Deus”; OAB rebate e defende norma

Elza Fiúza/Agência Brasil

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, voltou a criticar ontem, a Lei da Ficha Limpa. Para ele, a lei foi “feita de afo-gadilho” e os autores da legislação quiseram “brincar de Deus”. De iniciativa popular, a lei obteve o apoio de diversos setores da sociedade e foi aprovada em 2010. “Bancou-se um pouco de Deus nesse tipo de matéria. E é preciso um pouco respeitar a inteligência alheia, é preciso que a própria legislação não aproveite momentos emocionais para trazer coisas absolutamente irracionais”, disse.

O ministro defendeu que é preciso trabalhar para aperfeiçoar a legislação, não apenas com críticas e sugestões, mas também por meio de projetos de lei no Congresso, porque uma “lei mal feita sobrecarrega o Judiciário”. Gilmar também afirmou que TSE tem tentado fazer “uma interpretação construtiva da lei”.



Mendes: lei parece ter “sido feita por “bêbados”

Na quarta-feira, durante uma sessão no Supremo Tribunal Federal (STF), que discutia uma questão sobre contas de prefeitos, Gilmar afirmou que a Lei da Ficha Limpa parecia ter sido feita por “bêbados”.

Repercussão - As declarações causaram reação na sociedade civil. Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) classificou a lei como “um avanço da democracia e do sistema eleitoral” e disse

que a linguagem usada pelo presidente do TSE “não se coaduna com a postura de um magistrado”. O presidente da OAB, Claudio Lamachia, afirmou que a entidade mais influente da Advocacia estava “consciente” quando apoiou a Lei da Ficha Limpa.

“A Lei da Ficha Limpa é amplamente reconhecida pela sociedade como um avanço da democracia e do sistema eleitoral, impedindo a candidatu-

“A Lei da Ficha Limpa é amplamente reconhecida pela sociedade como um avanço da democracia e do sistema eleitoral”.

do presidente da OAB,
Claudio Lamachia

ra de quem tem ficha suja. Tanto é assim que foi apresentada como projeto de lei de iniciativa popular”, afirmou Lamachia, em referência ao fato de o projeto ter chegado ao Congresso endossado por mais de 1,5 milhão de assinaturas. “Todas as entidades que apoiaram a Lei da Ficha Limpa, entre elas a OAB, estavam absolutamente conscientes da importância dessa medida”, afirmou Lamachia.

19 AGO 2016

BEMPARANÁ

Gaeco faz busca e apreensão em Itaperuçu

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público Estadual junto com a Polícia Militar cumpriram ontem 16 mandados de busca e apreensão expedidos pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná. A ação é consequência da Operação Amicitates, que investiga favorecimentos ilícitos e dispensas indevidas de licitações em Itaperuçu, com

desvios de recursos públicos.

Foram cumpridos dez mandados em Itaperuçu, cinco em Rio Branco do Sul e um em Cerro Azul, resultando na apreensão de documentos, computadores e celulares. Os mandados foram cumpridos na residência do prefeito de Itaperuçu, Neneu Artigas (PDT), no seu gabinete na prefeitura, em residências de empresários, em empresas e no escritório de um ex-procu-

rador jurídico do município. Um dos investigados foi preso por posse de arma de fogo sem registro, mas pagou fiança e foi liberado. Na residência do prefeito, foram apreendidos também R\$ 40 mil.

Em nota, a Prefeitura de Itaperuçu alegou que "a operação se destina a investigar empresários da cidade que já tiveram contrato com o Município em licitações de 2013 e 2014".

RESERVA
R\$ 40 mil
foram encontrados na casa do prefeito de Itaperuçu

Moro manda prender lobista de novo

O vai e vem de Adir Assad ganhou mais um capítulo. O juiz federal Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, ordenou ontem, capturar novamente o lobista e doleiro e recolhê-lo "à carceragem da Polícia Federal no Rio de Janeiro ou no sistema prisional estadual do Rio de Janeiro até nova deli-

beração judicial". Investigado em diversas operações contra corrupção, Adir Assad foi alvo de três mandados de prisão em pouco mais de um ano: Lava Jato, no Paraná, Operação Saqueador, no Rio, e Operação Pripyat - desdobramento da Lava Jato no Estado fluminense.

Na terça-feira, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a prisão preventiva de Assad, no âmbito da Operação Saqueador, e fixou sete medidas cautelares, entre elas, entrega de passaporte e proibição de deixar o País. Na decisão que manda prender Adir Assad, o juiz Moro relata

que a defesa do lobista informou que "o cliente retornou à sua residência". "Aparentemente, a autoridade carcerária, ao cumprir o alvará de soltura decorrente do habeas corpus (...) descuidou da ordem de prisão vigente existente contra o condenado e exarada por este Juízo", afirmou.

19 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF da 4ª Região autoriza retomada do imóvel Rio das Cobras pertencente a Araupel

Os desembargadores da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) decidiram, nesta semana, que a fazenda Rio das Cobras pertence à empresa Araupel, de Quedas do Iguaçu.

A Araupel obteve vitória, mantendo a suspensão da referida ação, desobrigando a empresa da compra de 10,7 mil hectares destinados a assentamentos do MST.

Incrá e União questionavam a decisão em 1ª instância na ação civil pública, que pedia a retomada do imóvel Rio das Cobras para o domínio da União e que as terras fossem destinadas para programas de Reforma Agrária.

Também foi negado a pretensão da União e do Incra da imediata imissão de posse nas terras. A decisão confirma a titularidade das terras em favor da empresa.

Trabalhadores temiam a perda dos empregos com as últimas invasões, onde a empresa estava impossibilitada de fazer a retirada da madeira nas áreas invadidas por trabalhadores rurais sem-terra, ligadas ao MST. Segundo informações extraoficiais, está sendo trabalhada para o início do mês de setembro uma nova manifestação de trabalhadores da empresa, em Curitiba.

19 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Sérgio Moro adia retorno de Bumlai ao presídio

Juiz federal pediu que a defesa do empresário esclareça se Bumlai continua internado e entregue o resultado dos exames médicos

O juiz federal Sérgio Moro adiou para 30 de agosto o retorno do pecuarista José Carlos Bumlai ao presídio. Na decisão, Moro pediu que a defesa do empresário esclareça se Bumlai continua internado e entregue o resultado dos exames médicos. O acusado é réu em uma das ações penais da Operação Lava Jato que tramitam na Justiça Federal em Curitiba.

Em março, Moro autorizou Bumlai a cumprir recolhimento domiciliar para fazer tratamento contra câncer na bexiga durante três meses. Nesse período, o empresário foi monitorado por tornozeleira eletrônica. No dia 10 de agosto, Moro determinou que Bumlai voltasse à prisão no dia 23 de agosto por entender que o empresário oferece risco às investigações da Lava Jato.

Na decisão, o juiz citou que Bumlai responde ação penal na Justiça do Distrito Federal pela suposta tentativa de impedir o ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró de assinar acordo de delação premiada.

“Considerando a proximidade do dia 23/08 e para evitar iscos desnecessários ao acusado, adio, por ora, para 30/08 sua reapresentação à Polícia Federal em Curitiba, sem prejuízo de nova avaliação se necessário”, decidiu o juiz.

No mesmo processo, são réus o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o filho do empresário, Maurício Bumlai. A investigação foi aberta com base na delação premiada do ex-senador Delcídio do Amaral.

PEDE PRA PARAR!

O presidente interino Michel Temer foi notificado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre o pedido feito por deputados do PT para suspender o processo de impeachment contra a presidente afastada Dilma Rousseff. A notificação foi enviada ao Planalto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da entidade. No documento, a OEA pede que o governo brasileiro apresente explicações e argumentos sobre a natureza do processo, que, segundo alegam os aliados de Dilma, é um golpe. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores a resposta do Brasil está sendo elaborada pelos órgãos competentes. Um dos signatários da representação, o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) argumenta que Dilma não cometeu nenhum crime que justificasse o afastamento.

INTERNAÇÃO

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato na 1.ª instância, adiou o retorno à prisão do pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A defesa de Bumlai informou que o pecuarista foi internado em um hospital de São Paulo. O magistrado havia determinado que Bumlai se apresentasse à Polícia Federal em 23 de agosto para retornar ao regime de prisão preventiva determinada em novembro de 2015, na deflagração da Operação Passe Livre, desdobramento da Lava Jato. O pecuarista está cumprindo custódia domiciliar desde março quando deixou a prisão da Lava Jato para tratar um câncer na bexiga e, posteriormente, de problemas cardíacos. Moro determinou que a defesa de Bumlai o mantenha informado para "esclarecer se o cliente permanece internado e apresentar o resultado dos exames médicos". Bumlai é acusado de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e por crimes financeiros.

DEFENSOR DA LEI

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, também saiu em defesa da Lei da Ficha Limpa. "Eu nem comento nem critico opiniões de colegas, embora eu tenha a minha. Numa democracia, é legítimo que haja opiniões diferentes. Eu, diversamente, acho que a lei é boa, acho que a lei é importante e acho que a lei é sóbria. Acho que é uma lei que atende algumas demandas importantes da sociedade como decência política e moralidade administrativa", afirmou.

FICHA LIMPA

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, criticou anteontem a Lei da Ficha Limpa, de iniciativa popular, dizendo que a legislação parece ter sido feita por 'bêbados'. Segundo a Lei da Ficha Limpa, serão inelegíveis os candidatos que tiverem suas contas rejeitadas, mas a redação não especifica a que tipo de contas se refere, destacou Mendes. "Essa lei já foi mal feita, eu já disse no plenário. Sem querer ofender ninguém, mas já ofendendo, que parece que foi feita por bêbados. É lei mal feita. Ninguém sabe se é contas de gestão, de governo", criticou o ministro, durante a sessão plenária do STF.

APOIO CONSCIENTE

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) criticou Mendes pela declaração. O presidente da entidade, Claudio Lamachia, afirmou que a entidade mais influente da advocacia estava 'consciente' quando apoiou Ficha Limpa. "A Lei é amplamente reconhecida pela sociedade como um avanço da democracia e do sistema eleitoral, impedindo a candidatura de quem tem ficha suja. Tanto é assim que foi apresentada como projeto de lei de iniciativa popular", afirmou Lamachia. Para ele, Mendes "deveria reconhecer e apoiar todas as iniciativas que aperfeiçoam o sistema eleitoral!".